Espaço urbano, neoliberalismo e igrejas evangélicas: um debate necessário[1]

DOI: 10.54446/bcg.v13i2.3284

Silvana Cristina da Silva[2]

Resumo

Nos últimos anos, tem sido visível na paisagem urbana as mudanças da religiosidade no território brasileiro, marcado pela transição do cristianismo católico para o cristianismo evangélico. As igrejas evangélicas expandem-se nas periferias urbanas aceleradamente; entre elas, destacamos as igrejas pentecostais influenciadas pela Teologia da Prosperidade. Estas apresentam vasos comunicantes com a racionalidade neoliberal. Trata-se de um fenômeno complexo envolvendo as dimensões culturais, políticas, econômicas, psicossociais e espaciais, mas ainda pouco estudado pela geografia urbana. Nesse sentido, buscamos neste artigo analisar e refletir sobre os nexos entre o aprofundamento dos princípios neoliberais e o crescimento das igrejas pentecostais que desembarcam em cidades pouco afeitas à cidadania territorial, cujo espaço urbano apresenta-se cada vez mais privatizado e as sociabilidades urbanas, capturadas pelas igrejas. Tal fato tem colocado centralidade nestas instituições com relação à construção de circuitos econômicos e à formação de redes de sociabilidades. Elas conformam-se em suportes material e imaterial da vida urbana, cuja cidadania plena foi negada à maioria. Entretanto, a despeito do poder exercido por essas organizações religiosas, elas ainda são pouco consideradas nas análises do urbano no território brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: psicoesfera, cidade, meio técnico-científico-informacional.

1 Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, Edital APQ1, processo nº E-26/211.407/2021, vigência 2022-2024).

2 Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. E-mail: silvanasilva@id.uff.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3422-6046.

Introdução

O filme *Retratos fantasmas*[3] revela, por meio da leitura da geografia urbana da cidade do Recife, as grandes transformações da sociedade brasileira. Inicialmente, a história é contada a partir das mudanças ocorridas no bairro onde o diretor e sua família viveram grande parte de suas vidas. A seguir, a narrativa passa a ser feita do Centro da cidade do Recife, com centralidade nos cinemas como lugares de sociabilidade, os quais são substituídos por templos de igrejas evangélicas, shoppings e redes varejistas e farmácias. Esse mesmo Centro foi abandonado pelas classes de alta e média rendas, assim como pelo Estado.

Contadas desde a cidade do Recife, tais transformações da sociedade brasileira poderiam representar outras cidades, pelo fato de o diretor parecer ter feito uma leitura geográfica da urbanização brasileira recente capturada pelo espaço urbano dessa cidade histórica. *Retratos fantasmas* relata a cidade a partir do encolhimento do espaço público. A cidade dá lugar ao mercado e às religiões fortemente sustentadas nos princípios neoliberais.

Encontramos conexões entre essas mudanças na paisagem e nas sociabilidades, com o acirramento da neoliberalização do espaço urbano. Os orçamentos e as políticas públicas direcionadas à promoção do espaço público são reduzidos ou aniquilados, demonstrando uma visão neoliberal do Estado (em suas distintas esferas) e das classes sociais que o sustentam. Junto a esse processo, a cidade moldada para o consumo avança, negando a coexistência da diversidade e tornando a cidadania mutilada (SANTOS, 2001), ao ser planejada para ser acessada apenas por classes sociais de média e alta rendas — onde sabemos existir predominância de gênero e ser majoritariamente branca.

Mas quais os nexos entre o processo de neoliberalização do espaço urbano e a expansão das igrejas evangélicas? Por hipótese, defendemos duas dimensões do neoliberalismo concernentes a essa relação. A primeira diz respeito à urbanização brasileira, que construiu cidades precárias para a maior parte da população e cujo processo foi agravado com as privatizações generalizadas ocorridas no território brasileiro na década de 1990 e anos 2000 (retomadas principalmente a partir do golpe de 2016) ao negar serviços públicos básicos à maior parte da população. Trata-se da neoliberalização econômica elucidada por Harvey (2008) e do urbanismo neoliberal (THEODORE, PECK e BRENNER, 2009). A segunda dimensão refere-se à neoliberalização do tecido social, ou seja, à racionalidade neoliberal na perspectiva de Dardot e Laval (2016), em que os indivíduos são instados a se comportar como empresas, *empreendedores de si*, e gerirem suas vidas com vistas à acumulação (habilidades, capital social, bens etc.) sendo responsáveis pelo seu próprio sucesso (ou pelo seu próprio fracasso). Esta racionalidade aparece também nas igrejas evangélicas, destacadamente nas pentecostais com a Teologia da Prosperidade, mas não se restringe a elas.

3 Dirigido por Kleber Mendonça Filho, produzido por Emilie Lesclaux e CinemaScópio e distribuído pela Vitrine Filmes, lançado no Brasil em 24 de agosto de 2023.

As igrejas evangélicas difundem-se de maneira orgânica com a urbanização brasileira. Devido à insuficiência de serviços e equipamentos coletivos públicos, elas passam a cumprir funções sociais para suprir parte dessas carências, além de oferecer suporte espiritual. Neste último caso, propõem visões de mundo profundamente influenciadas pela Teologia da Prosperidade, na qual todos devem ser prósperos em vida e cabe aos indivíduos buscarem o sucesso material, podendo o insucesso ser expressão da falta de fé. Ou seja, a busca pela prosperidade passa pela fé e por contribuições à igreja. Outrossim, de maneira geral, não se questionam as desigualdades sociais como um processo advindo das decisões políticas.

Considerando esse quadro, apresentamos nossa análise e reflexões em três seções. Primeiramente, situamos o fenômeno "Urbanização, neoliberalismo e igrejas evangélicas". Na segunda seção, "Espaço urbano precário e incertezas da era da globalização", abordamos as transformações do urbano e a precarização do trabalho. Na terceira, "Economia e sociabilidades urbanas invisíveis", nos dedicamos a elucidar como as igrejas evangélicas geram uma economia urbana invisibilizada e tornam-se espaços de socialização, de cultura e amparo em face das incertezas e do medo da desqualificação social. Finalizamos apontando a necessidade de aprofundarmos as questões mostradas ainda de maneira limitada neste artigo.

Urbanização, neoliberalismo e igrejas evangélicas

Antes de avançarmos, é importante relembrar que a relação entre religião e cidades sempre esteve presente na história da humanidade. O Brasil nasce como Estado-nação por meio da Igreja Católica e, em 1891, ocorre a separação constitucional entre ela e o Estado. Dito isso, sublinhamos que há uma mudança da filiação religiosa no Brasil, intensificada a partir dos anos de 1980, na qual o cristianismo católico vai sendo substituído pelo cristianismo evangélico, com destaque para os pentecostais.

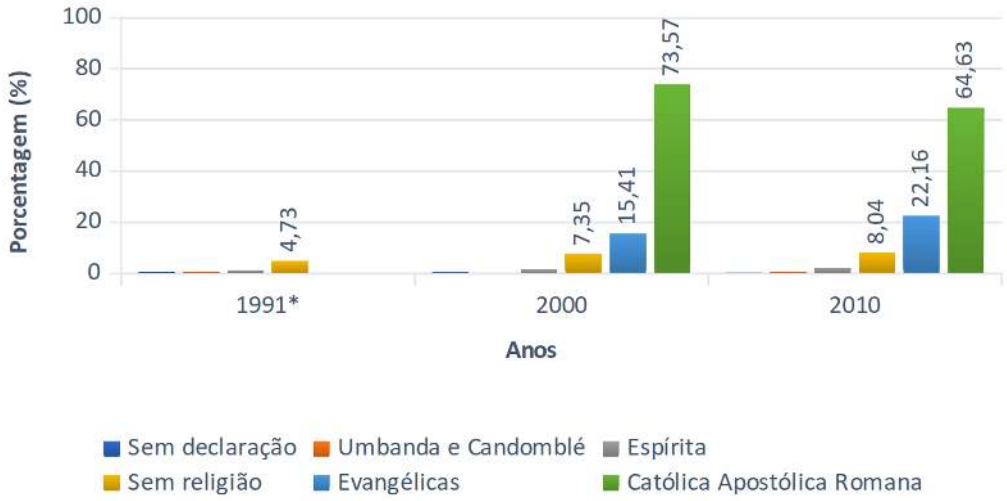
Segundo Freston (1993) e Mariano (2014), podemos destacar três grandes ondas do pentecostalismo no Brasil. A primeira funda-se com a criação da Congregação do Brasil em São Paulo — resultado da cisão da Igreja Presbiteriana em 1911 — e com a criação da Assembleia de Deus, em Belém do Pará, resultado da cisão da Igreja Batista. A segunda fase, décadas de 1950 e 1960, caracteriza-se pelo surgimento de novas igrejas, como a Evangelho Quadrangular, marcadas pelas experiências dos dons de cura. Esse período é caracterizado também pela renovação do protestantismo histórico; como destaca Machado (1994), surgem as Igrejas Batista, Presbiteriana e Metodista renovadas. No terceiro período, final dos anos de 1970, nascem as igrejas pentecostais que, além da experiência do Espírito Santo com os dons de falar em línguas (Glossolalia) e de cura, têm suas doutrinas fundamentadas na Teologia da Prosperidade. Apesar de não ter sido a primeira, a Igreja Universal do Reino de Deus foi a mais destacada desse movimento. Importa sublinhar que o caráter ético predominante no pentecostalismo, o qual permitia conjugar os interesses da ditadura militar, foi um elemento relevante para a difusão

dessa religiosidade. Acrescenta a autora que os pentecostais se revelam como "fenômeno social de grande expressão" na década de 1980 (p. 38).

Atualmente, há uma enorme diversidade de igrejas. As igrejas protestantes tradicionais, por exemplo, têm significativa influência da terceira onda, marcada pela Teologia da Prosperidade e pelo batismo no Espírito Santo. Algumas igrejas rompem com o protestantismo histórico e geram novas igrejas, como a Batista Renovada. Em 1994, eram cerca de oito mil igrejas evangélicas no país, em 2018, somavam cerca de 123 mil (RAIS, 2018).

O fenômeno da urbanização e do crescimento do movimento evangélico ocorre de maneira concomitante. À medida que o território brasileiro é urbanizado, passa de país agrário para país urbano. Mudanças ocorreram também na dinâmica da religiosidade. Destacamos um crescimento mais acentuado a partir dos anos de 1990. Os dados do censo mostram que 22,16% da população brasileira é hoje evangélica (Gráfico 1). São 42 milhões e, destes, 22 milhões são evangélicos pentecostais[4].

Gráfico 1. Brasil: filiação religiosa – 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Censos IBGE 1991, 2000 e 2010; elaboração da autora.

Os mapas das Figuras 1 e 2 demonstram o crescimento de organizações religiosas por mil habitantes nos municípios brasileiros. Isso significa que há uma enorme capilaridade das igrejas no território. Elas instalam-se de maneira orgânica, e há uma tendência a acompanharem o eixo de urbanização e modernização (SILVA, 2022). Por isso são mais densas em áreas de urbanização consolidadas e de expansão do agronegócio. Além disso, ocupam densamente as periferias urbanas.

4 Segundo pesquisa do DataFolha, o dado pode chegar a 31% da população. As informações completas do Censo Demográfico de 2022 não foram divulgadas até o fechamento deste texto. No entanto, a tendência de crescimento possivelmente será confirmada.

Figura 1. Brasil – organizações religiosas por mil habitantes (1995).

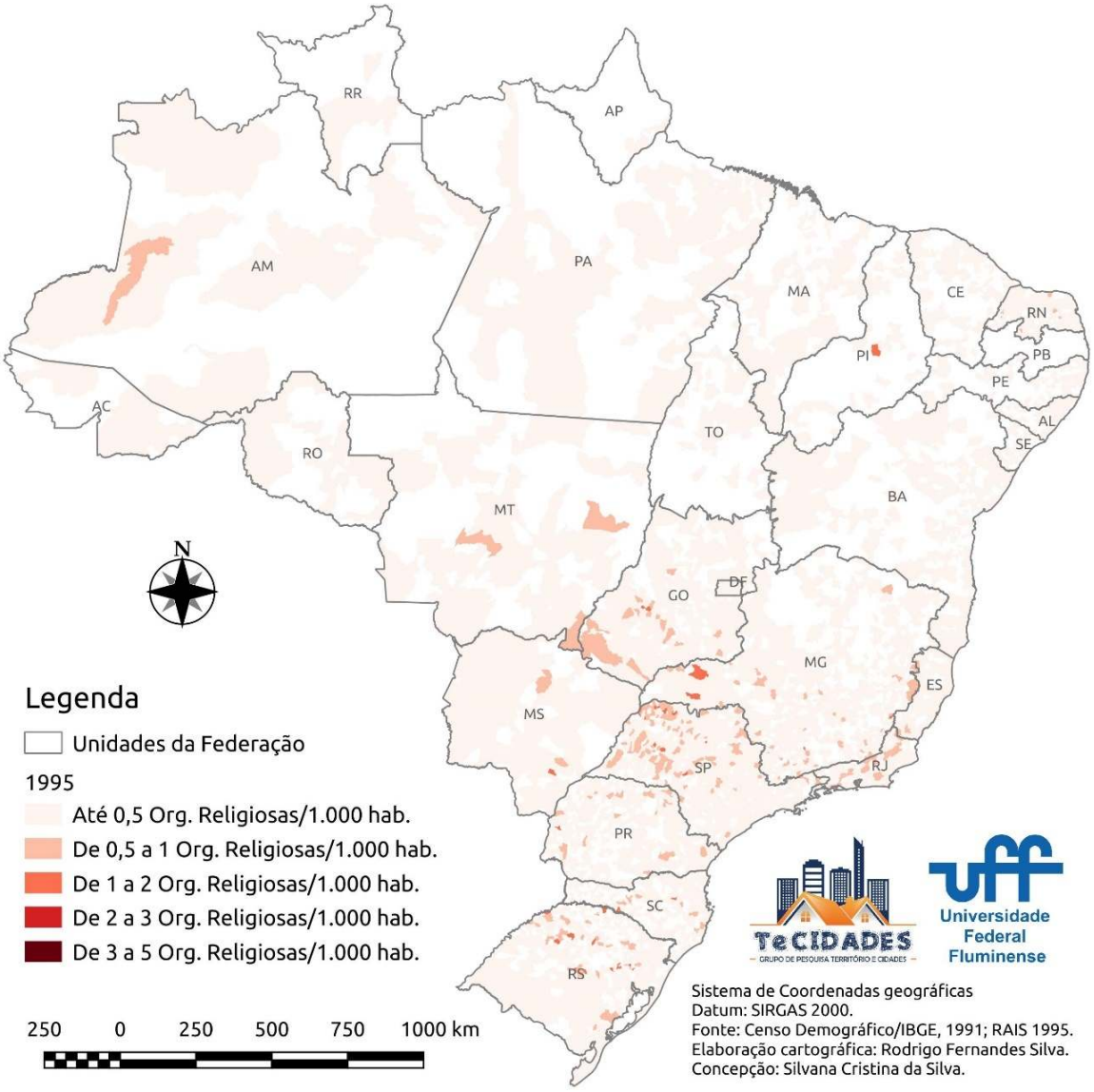
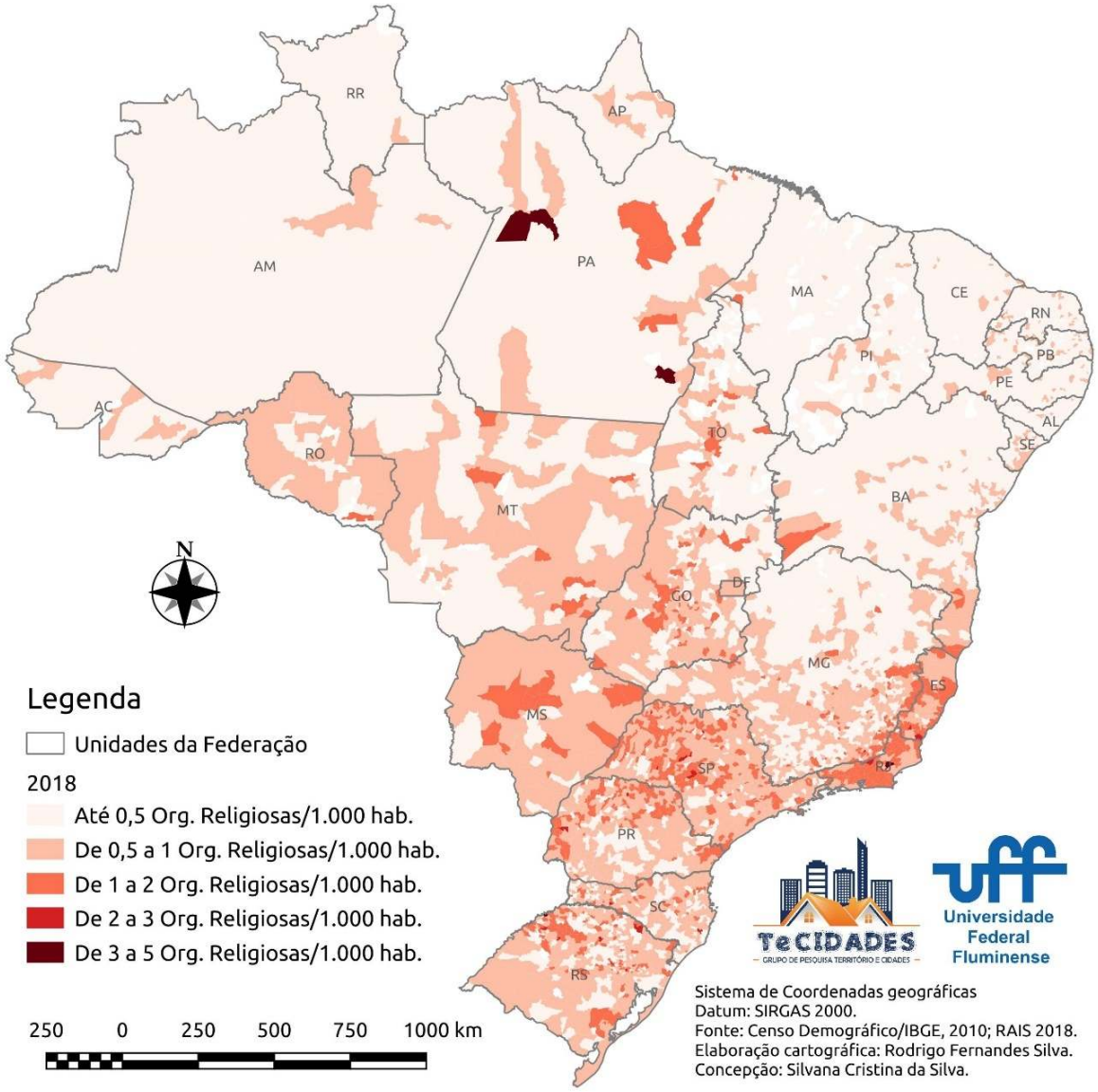


Figura 2. Brasil – organizações religiosas por mil habitantes (2018).



Embora seja um fenômeno que acometa todas as classes sociais atualmente, a religiosidade evangélica, principalmente a pentecostal, manifestou-se prioritariamente nos grupos de menor renda, com maior incidência entre a população preta e parda e moradores das periferias metropolitanas. No entanto, conforme destaca Mariano (2014), a pobreza não pode ser a única variável a ser considerada para explicar o fenômeno. Ainda muitas pesquisas precisam ser realizadas para compreendê-lo.

Em termos de dados quantitativos, a nota técnica de Araújo (2023) traz algumas informações permitindo dimensionarmos alguns aspectos do crescimento do movimento evangélico no País. Nela, ele localiza ciclos de crescimento nos anos de 1970, mas destaque para os anos de 1980 e relativa manutenção nos anos de 1990 e um *boom* desde os anos 2000.

Em termos das variáveis ligadas a esse crescimento, a urbanização é um elemento pois, conforme o País se urbaniza, a população se torna mais evangélica e evangélica pentecostal. A modernização perversa, expressa pelo êxodo rural, tem como desdobramento um desenraizamento cultural e a captura do Estado pelo empresariado, que passa a gerir o território para a viabilidade do capital (RIBEIRO e PIQUET, 2014). Outrossim, a dificuldade da Igreja Católica em formar quadros e acompanhar as transformações da vida urbana contribuíram também para a pluralidade religiosa no Brasil.

É importante ressaltar as mudanças da filiação religiosa da população como parte das transformações da formação socioespacial de um país. Dessa forma, com relação ao território brasileiro, não foi diferente. Entretanto, o fenômeno chama a atenção pela velocidade e pelo porquê de a opção ter sido o cristianismo evangélico pentecostal. Segundo Lima (1987), há conexões com a geopolítica empreendida pelos Estados Unidos para controlar o avanço da Teologia da Libertação, da Igreja Católica e de algumas Igrejas Protestantes Históricas. Em outras palavras, trata-se de um fenômeno multifacetado, e não apenas espontâneo, as relações de poder em diferentes escalas de ação são pertinentes.

Entre os estudos geográficos sobre o pentecostalismo no Brasil, destacamos o de Machado (1994). Segundo a autora, especialmente o movimento pentecostal desenvolveu uma territorialidade relacionada à organização interna das instituições religiosas. Ou seja, ela diz respeito à fluidez da estrutura organizacional, mais informal e que não se prende à estrutura diocesana e paroquial como a da Igreja Católica. Com relação à organização externa, ela refere-se às disputas de áreas com outras religiosidades. Assim, a territorialidade das religiões envolve conflitos e relações de poder. A autora sublinha que o fenômeno da expansão evangélica se caracteriza como sendo urbano e por abarcar principalmente as periferias das cidades (MACHADO, 1994).

Nesse contexto, trouxemos a análise do espaço urbano brasileiro estabelecido com a consolidação da urbanização, especialmente nas décadas de 1980, e a dinâmica da economia urbana. O neoliberalismo como discurso nos anos de 1980 e como ação política nas décadas seguintes fabricaram um ambiente favorável à ação das igrejas. Estas caminharam *pari passu* com a construção da racionalidade neoliberal por meio da Teologia da Prosperidade.

Espaço urbano precário e incertezas da era da globalização

A chantagem neoliberal que pregou o mantra da obrigatoriedade da "flexibilização do mercado de trabalho" (BOURDIEU, 1997) nos países centrais para torná-los competitivos foi assumida pela agenda dos governos; ou, como analisam Dardot e Laval (2016), os governos tornaram-se a racionalidade política do neoliberalismo e internamente "se neoliberalizaram".

Embora já existente, o precariado nesses países ganha proporções jamais vistas. No caso da formação socioespacial brasileira, a herança colonial e as

modernizações a serviço do capital implicaram na formação da precarização crônica, aprofundada com a neoliberalização.

A urbanização brasileira foi avassaladora a partir da segunda metade do século XX, e seus desdobramentos foram a periferização da população, a metropolização (SANTOS, 2009) e um forte processo de segregação do espaço urbano (VILLAÇA, 2001). Ou seja, trata-se da dimensão espacial da exploração da força de trabalho, a espoliação urbana (KOWARICK, 1979), altamente violenta onde se produziram espaços urbanos desprovidos equipamentos de uso coletivos básicos tornando o acesso à moradia digna proibitivo para a maior parte da população.

A pobreza urbana nas periferias se impôs como expressão da cidade capitalista e de um Estado — comandado pelas elites e classes médias portadoras do pensamento escravocrata e colonial — orientado pela racionalidade neoliberal, que não desenvolveu políticas territoriais justas e pouco se preocupou em alterar as desigualdades sociais materializadas no espaço urbano[5].

Nesse processo de urbanização, houve a construção de uma *cidadania mutilada* (SANTOS, 2001), isto é, espaços urbanos com poucas possibilidades de florescimento da vida comunitária e com serviços públicos, como educação, saúde, saneamento e transporte, inexistentes ou insuficientes.

O crescimento econômico não foi acompanhado pelo pleno emprego, e sim pelo trabalho precário e intermitente, com atividades vinculadas ao *circuito inferior da economia urbana*, como já indicamos. Trata-se de uma característica do processo de modernização e urbanização, a precarização. Não é um efeito marginal a ser corrigido, mas sim parte do sistema de exploração. As modernizações se valem dos sistemas de hiperexploração.

A neoliberalização ganha novos contornos, especialmente com a *uberização do trabalho* (ABÍLIO, 2017)[6] e da vida urbana. O modelo da Uber vem se estendendo para outros âmbitos, como hospedagem, sistema de entregas de restaurantes e fast food e sistema de compras em geral. Esse processo revela novas formas de centralização do poder, o controle tecnológico da informação e do poder econômico pelas gigantes do mundo digital, denominado GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft), e estende-se para a NATU (Netflix, Airbnb, Tesla e Uber), entre outras corporações da informação.

A economia digital — a das empresas-aplicativo — vem aprofundando a exploração do trabalho e alterando as relações no espaço urbano; com relação à

5 Sposati (1996) mostra o tamanho das discrepâncias socioespaciais entre os bairros mais centrais e as periferias da cidade de São Paulo. Essas discrepâncias não são exclusividade da metrópole paulista, elas tendem a se repetir em quase todas as cidades brasileiras com graus e particularidades distintos, mas sempre presentes.

6 O termo urberização tem sido usado como referência à Uber, empresa que vem difundindo a denominada *economia de plataforma*, ou economia digital, na forma de empresa-aplicativo. Trata-se dos aplicativos que fazem a ligação entre usuários de transporte e motoristas particulares; estes últimos seriam os "colaboradores" ou "parceiros" sem nenhum vínculo trabalhista com a empresa (ABÍLIO, 2017).

habitação, a situação de algumas cidades globais turísticas é emblemática. Brossat (2018) demonstrou como a cidade de Paris vem expulsando os moradores das áreas mais centrais, em razão da valorização imobiliária promovida pela plataforma Airbnb. Tozi (2023) apresenta um conjunto de pesquisas que aponta como há um uso algorítmico do território brasileiro pelas plataformas digitais, e o transporte por aplicativo dominado pela Uber é uma situação representativa do poder das corporações na organização das cidades. A escassez de trabalho e de transporte público são motores do "sucesso" da Uber no Brasil. A digitalização vem imprimindo novas tendências de modernizações perversas no território brasileiro (SILVA, 2023).

O uso corporativo do território da era digital torna as formas de reação à hiperexploração mais difíceis em face da escassez de trabalho, pois este é extremamente precarizado e cada vez mais disputado sob razão neoliberal, sedimentada na sociedade cujos princípios são: competitividade, meritocracia e liberdade individual, minando a solidariedade no mundo do trabalho. Nesse sentido, interpretamos a digitalização como o braço tecnológico da neoliberalização.

Se situarmos os países periféricos e semiperiféricos na absorção do neoliberalismo, encontraremos com certeza os traços indicados por Standing (2014), os da nova classe perigosa, bem como os elementos apontados por Paugam (2013; 2015) sobre o trabalhador assistido socialmente, pois os baixos salários não permitem que este sobreviva sem assistência social do Estado. No entanto, em um ambiente ainda mais aterrorizado pela insegurança e instabilidade no mundo do trabalho.

No Brasil, o pleno emprego e o Estado-providência chegou de forma limitada. Em outras palavras, nunca alcançou a maior parte da população. Entretanto, o discurso pelas classes sociais mais empobrecidas, contra as políticas sociais e contra os imigrantes[7] evidenciam que a insegurança vem canalizando a insatisfação e criando adeptos ao neofascismo — não restrito somente às elites ou às classes médias.

O emprego com certa estabilidade, vinculado aos direitos à proteção trabalhista, não foi amplo no Brasil. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), implementada no Governo de Getúlio Vargas[8], não foi estendida aos trabalhadores rurais — em um país onde a população no campo ainda era numerosa —, também não a sendo ao trabalho doméstico[9].

---

7 Ataques recentes aos imigrantes venezuelanos na fronteira entre o Brasil e a Venezuela são elementos concretos desse processo.

8 Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas.

9 Em sua maioria exercido por mulheres e mulheres negras, sendo elas historicamente numerosas entre essa categoria socioprofissional no Brasil. A Emenda Constitucional nº 72/2013, regulamentada pela Lei Complementar nº 150/2015, finalmente estendeu os direitos trabalhistas da CLT para as empregadas domésticas. No entanto, a Reforma Trabalhista de 2017, claramente a desconstrução da CLT, visando "modernizar" as relações de trabalho, colocaram as classes trabalhadoras que acessaram um dia a condição de trabalhadores com direitos trabalhistas em situação de insegurança e instabilidade.

A difusão da industrialização no território brasileiro deu-se, em parte, subordinada pela indústria dos países do centro do sistema da *economia-mundo* e concentrou-se em algumas cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo. Dessa maneira, a era do "trabalhismo" foi limitada a alguns "oásis da solidariedade orgânica". Não é por acaso que o ABC Paulista[10] se converteu em um lugar fervilhante de sindicatos onde eclodiram muitas greves na década de 1980 e de onde surgiria a liderança política Luís Inácio Lula da Silva.

Antunes (2018) traz uma importante reflexão sobre o mundo do trabalho na atualidade, ou seja, a de ele estar se transformando em um privilégio: o privilégio de servir e de ser extremamente explorado, o privilégio de alcançar um trabalho precário, ou, do contrário, não ter acesso a ele. E o significado de não ter um trabalho na sociedade constitui o risco da desqualificação social, tornando os indivíduos reféns do medo.

O elevado desemprego após 2014, os limites das políticas sociais implementadas no governo do Partido dos Trabalhadores nas periferias urbanas[11] e as crises social, econômica e política instauradas após o golpe de 2016 reverberaram em elevadas taxas de informalidade — em 2022, a média da informalidade foi de 40% da população ocupada (IBGE) —, bem como salários reduzidos. Isso em face de uma sociedade que assumiu fortemente a receita do neoliberalismo, baseada na competição, na concorrência e na premiação "dos melhores". Regada por consumismo e endividamento (SILVEIRA, 2009), vem produzindo uma massa de "frustrados" e uma sociedade de trabalhadores insegura e com medo: medo da perda do trabalho e da violência urbana.

Se a industrialização transformou o modo de vida e a coesão social, ela trouxe um novo tipo de coesão. Contudo, com a reestruturação do mundo do trabalho e a era digital, as normas de coesão social são abaladas e apresentam-se instáveis, e a linha vermelha em termos de garantias de direitos passa a ser rebaixada em escala planetária. Na formação socioespacial brasileira, aprofunda-se a hiperexploração e a precarização.

Quais os desdobramentos de processos tão perversos e do medo da desqualificação social e espacial?

A resposta não é simples, mas a economia e o espaço urbano têm dado indícios dela, contudo ainda carece de uma leitura realizada pela geografia urbana. Uma dimensão de processo pode ser observada por meio da expansão das igrejas evangélicas. Elas têm ocupado as cidades e estão fazendo política e fabricando uma

10 Referência às cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, formando a Região do ABC Paulista, área industrializada que concentrou a indústria automobilística na Região Metropolitana de São Paulo.

11 No documentário *Encantado, Le Brésil désenchanté*, Felipe Galvon faz uma linha histórica recente desse processo, de maneira a situar o "desencantamento" da população do bairro Encantado na periferia do Rio de Janeiro onde cresceu fortemente a presença das igrejas pentecostais e as obras urbanas da Copa do mundo e das Olimpíadas, que pouco serviram à população.

psicoesfera (SANTOS, 1988) em consonância com os princípios neoliberais e, ao mesmo tempo, tornam-se catalizadoras da vida coletiva na cidade, caracterizada pela cidadania mutilada, como já explicamos.

Além da formação dos valores morais e sociais, as igrejas evangélicas criam e participam de circuitos econômicos amplos, atuando na formação do espaço urbano, na formação cultural e nas sociabilidades. Entretanto, elas têm passado desapercebidas de análises mais profundas sobre a urbanização brasileira.

Economia e sociabilidades urbanas invisíveis

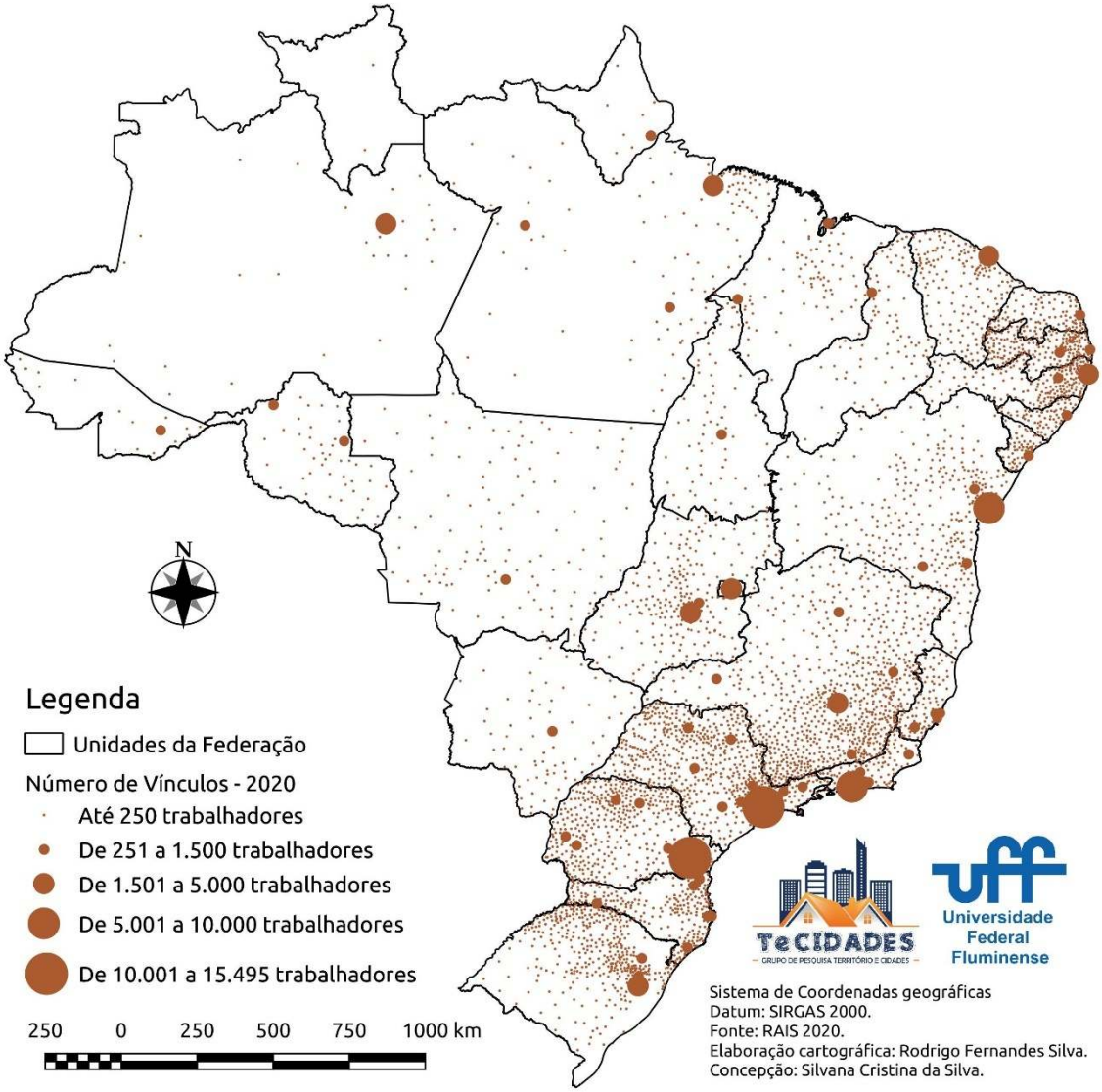
Por um lado, as igrejas evangélicas vêm ocupando a função de ofertar serviços espirituais contribuindo, assim, com a fabricação de uma psicoesfera atualmente com enorme afinidade com a racionalidade neoliberal. Por outro lado, elas ocupam funções pouco consideradas na construção das cidades, especialmente nas periferias menos abastadas das metrópoles e também das cidades intermediárias e pequenas. Tais igrejas são parte da economia urbana, notadamente do circuito inferior, mas também do circuito superior. Essa é a perspectiva que vamos desenvolver, para demonstrar a relevância das igrejas evangélicas na participação da economia e da sociabilidade urbanas hoje.

As igrejas evangélicas constroem e fazem parte de circuitos econômicos amplos, os quais surgem nos lugares a partir dos serviços religiosos (espirituais) — mas não se resumindo a eles — e quando estabelecem redes de escolas, faculdades, canais de TV, plataformas de *streaming*, redes de canais de rádio, editoras, livrarias, assim como quando atuam na mídia com a produção de jornais de circulação nas comunidades religiosas (e fora delas). As igrejas geram circuitos espaciais produtivos[12] ao transbordarem os espaços de culto, transformando-se em parte do próprio poder de sustentação delas — traduzido em poder de influência na sociedade. Em outras palavras, essas organizações religiosas convertem-se em agentes da economia urbana e do território.

Uma manifestação da participação das instituições religiosas evangélicas na economia nacional pode ser observada na Figura 3 cujo mapa apresenta a distribuição dos trabalhadores vinculada às igrejas em 2020. As metrópoles e as grandes cidades concentram o maior número de trabalhadores, mas é importante destacar que, em pequenas cidades e cidades intermediárias — com menos diversidade de trabalho e possibilidades de emprego —, a oferta empregatícia pelas organizações religiosas as insere como importantes nódulos de oferta de trabalho e na geração de renda no tecido urbano. Segundo dados da RAIS-CAGED (2020), foram 167.328 trabalhadores vinculados a elas, sendo 102.215 mulheres e 65.113 homens, sinalizando uma questão de gênero importante, pois a maior parte das igrejas funciona graças ao trabalho feminino.

12 Sobre o conceito de circuito espacial de produção, ver Santos (1986), Moraes (1991), Castillo e Frederico (2010), Silva (2011, 2019).

Figura 3. Brasil – trabalhadores(as) em organizações religiosas por municípios, 2020.



A Tabela 1 apresenta as ocupações mais volumosas nas instituições religiosas. Também destacamos que esses números são subestimados, pois há trabalhadores intermitentes, voluntários e *obreiros* que exercem funções nas igrejas, mas não passam pelos registros oficiais. Chama a atenção as profissionais mulheres, em sua maioria, vinculadas à atividade de limpeza, juntamente com as ocupações do setor administrativo como assistentes administrativas, recepcionistas e secretárias.

Tabela 1. Principais ocupações[13] dos trabalhadores(as) das organizações religiosas, 2019[14].

Ocupações	Masculino	Feminino	Total
Faxineiro	6.370	21.985	28.355
Auxiliar de escritório, em geral	5.407	13.726	19.133
Zelador de edifício	4.522	8.251	12.773
Assistente administrativo	3.572	7.280	10.852
Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	1.835	3.416	5.251
Recepcionista, em geral	833	4.051	4.884
Trabalhador da manutenção de edificações	2.014	1.818	3.832
Cozinheiro geral	236	3.173	3.409
Professor de nível superior do E.F. (primeira à quarta séries)	787	2.593	3.380
Técnico de enfermagem	419	2.944	3.363
Secretária executiva	568	2.438	3.006
Técnico em secretariado	400	2.371	2.771
Pedreiro	2.194	15	2.209
Vigia	2.182	20	2.202
Servente de obras	1.922	67	1.989
Sacristão	1.290	577	1.867
Porteiro de edifícios	1.747	81	1.828
Professor de administração	1.022	729	1.751
Auxiliar de manutenção predial	1.104	553	1.657
Auxiliar de contabilidade	690	813	1.503
Cuidador de idosos	242	1.180	1.422
Supervisor administrativo	606	686	1.292
Enfermeiro	114	1.025	1.139
Ministro de culto religioso	756	353	1.109
Total	**40.832**	**80.145**	**120.977**

Fonte: RAIS-CAGED, 2019; extraído por Rodrigo Fernandes Silva e organizado por Silvana Cristina da Silva.

A massa de rendimentos dos trabalhadores vinculados às organizações religiosas (evangélicas) somava aproximadamente 320 milhões em 2020 (RAIS-CAGED, 2020). O mapa da Figura 4 apresenta a distribuição da massa de rendimentos segundo o volume por municípios, com evidência para Curitiba, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro. Embora haja uma concentração nas metrópoles e capitais, sublinhamos a importância dos rendimentos para cidades de porte médio. Conforme a Tabela 2, as cidades como Londrina e Maringá se destacam.

13 Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações de 2002.

14 Das 167.328 pessoas trabalhando nas organizações religiosas, foram inseridas na Tabela 1 apenas as ocupações com mais de mil trabalhadores no total, somando 120.977 pessoas.

Figura 4. Brasil – massa de rendimentos dos(as) trabalhadores(as) em organizações religiosas por municípios – 2020.

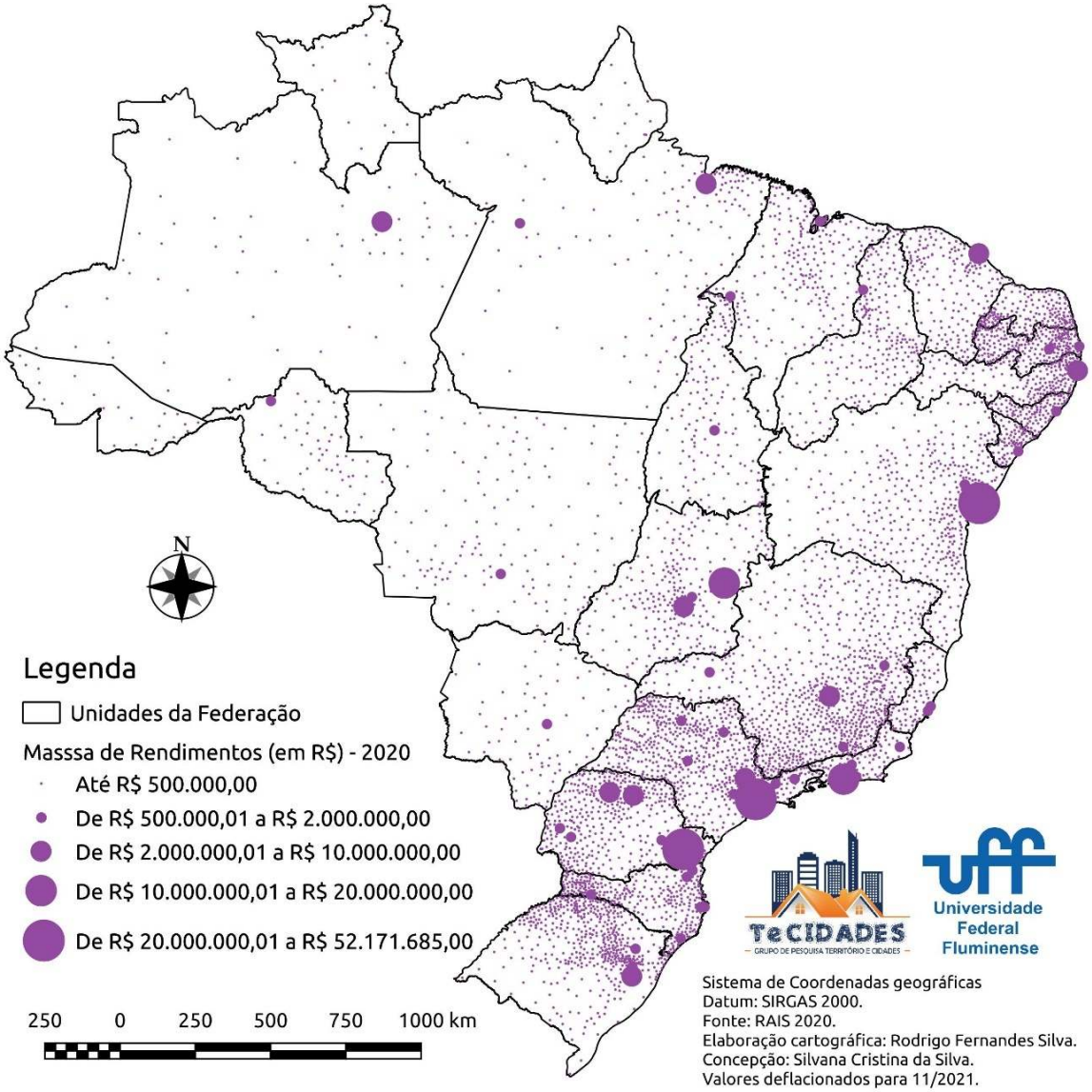


Tabela 2. Massa de rendimentos dos(as) trabalhadores(as) em organizações religiosas por município, 2020.

	Município	Massa de rendimentos (R$)
1	Curitiba	52.171.685,03
2	São Paulo	49.022.646,82
3	Salvador	22.191.909,96
4	Rio de Janeiro	16.408.678,61
5	Brasília	10.658.132,52
6	Belo Horizonte	6.636.457,39
7	Goiânia	4.977.919,43
8	Londrina	4.659.370,64
9	Guarulhos	4.493.910,37
10	Manaus	4.157.184,19
11	Porto Alegre	3.814.301,58
12	Recife	3.245.790,34
13	Belém	2.857.653,44
14	Campinas	2.762.698,92
15	Fortaleza	2.654.490,78
16	Maringá	2.616.262,46
17	São José dos Campos	1.598.337,44
18	Ribeirão Preto	1.596.225,74
19	Florianópolis	1.523.161,01
20	Niterói	1.511.490,81

Fonte: RAIS-CAGED, 2020; extraído por Rodrigo Fernandes Silva e organizado por Silvana Cristina da Silva.

Considerando a precarização do mundo do trabalho, que é parte do processo de modernização dos países periféricos como o Brasil e que nos anos recentes tem ganhado novos contornos com a digitalização e a neoliberalização, a urbanização brasileira ficou marcada pela formação dos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 2004), no qual o circuito inferior é responsável pela sobrevivência de grande parte da população. São trabalhadores com reduzidos rendimentos exercendo atividades pouco valorizadas socialmente. Além disso, sustentam a economia de pequenos comércios e serviços, seja nos centros das cidades ou nas periferias. É nessa economia urbana que as igrejas evangélicas estão inseridas. Em sua maioria, são instituições de pequeno porte, mas geradoras de renda pelo processo de contratação e pelas atividades desenvolvidas.

Conforme apontou Reis (2022) em seu estudo sobre a cidade de Quissamã, as igrejas geram uma rede de trabalhadores (as), que, por sua vez, sustenta redes de comércios e serviços, como os de transporte, alimentação e serviços vinculados (ou não) à atividade religiosa. Essa economia invisível torna-se cada vez mais volumosa em face do crescimento do número de igrejas. Embora invisível, ela sustenta parte da população.

Outrossim, há mais um elemento constitutivo do fenômeno evangélico: a construção da sociabilidade coletiva capturada pelas igrejas, em razão de as cidades irem sendo privatizadas e a convivência nos espaços públicos ser negada. No entanto, as igrejas tornaram-se lugar da produção de cultura (mesmo não sendo a cultura emancipatória e crítica), de festividades, do cinema e onde se tecem as relações sociais na cidade. São nódulos do poder político, econômico e cultural, especialmente em cidades pequenas e médias e nos bairros periféricos das regiões metropolitanas[15].

As atividades econômicas e a sociabilidade das igrejas dão suporte à população em sua existência quotidiana, seja por meio da subsistência proveniente do trabalho vinculado às atividades religiosas, seja por meio do suporte dado a questões emocionais e espirituais. Nesse sentido, retomamos as condições históricas da atual neoliberalização que vem transformando as cidades em lugares hostis para grande parte da população, instada a trabalhar em ritmo de hiperexploração, sempre com medo do desemprego, e a consumir sem limites, mas absorvendo a racionalidade neoliberal que naturaliza as desigualdades e desumaniza quem não obteve sucesso. As igrejas se inserem nesta lógica. Por um lado, vêm constituindo circuitos econômicos que absorvem seus adeptos e, por outro lado, geram espaços de sociabilidade oferecendo redes de apoio a problemas complexos, desde a alimentação, por meio de cestas básicas, passando pelo apoio psicológico, pela disponibilização de creches para as mães, entre outras ações.

Considerações finais

Recolocamos o filme *Retratos fantasmas* em cena não para concluirmos, mas para abrirmos uma agenda de pesquisa e reflexões sobre o território brasileiro lido pelo urbano em transformação. Dos cinemas e teatros, lugares das práticas sociais afeitas à convivialidade, passamos para as igrejas, shoppings e "condominialização". Há muitas conexões e análises a serem feitas para a compreensão dos desdobramentos da racionalidade neoliberal nas cidades brasileiras e a expansão de igrejas evangélicas. Assim, indicamos quatro considerações a serem aprofundadas em futuras pesquisas:

1. A substituição dos cinemas e teatros pelas igrejas evangélicas no Centro de Recife (e nas cidades brasileiras de maneira geral) demonstra o abandono do Centro pelas classes de renda elevadas e classes médias como lugar de lazer e frequentação. O modelo de moradia contemplando a verticalização e a condominização é sintomático desse processo de privatização da cidade — que é a negação do espaço público. Esse processo tem ocorrido em grande parte das cidades brasileiras. O modo de habitar implica no modo de vivenciar a cidade. Trata-se de uma não valorização de espaços de convivência, fruto, dentre outras variáveis, do fenômeno da neoliberalização da cidade. Privatização dos serviços, redução dos investimentos

15 O fenômeno do crescimento das igrejas evangélicas, em especial as pentecostais, não se restringe às periferias urbanas. As classes médias e as elites também aderem ao fenômeno.

em fixos culturais e valorização dos espaços privativos e do consumo, como shoppings, não deixam de ser formas de negação da convivência e da pluralidade.

2. A escassez de trabalho e o desemprego (agravado atualmente com o processo de digitalização) produziram um ambiente de desamparo nas cidades brasileiras para grande parte da população, especialmente aquela que passou a viver nas periferias urbanas. As constantes ameaças da perda do emprego ou das fontes de renda (não formalizadas) fabricaram um ambiente de medo da *desclassificação social* e de não poder sobreviver e ser considerado fracassado.

3. A racionalidade neoliberal, cujos princípios são a concorrência, a liberdade individual levada ao extremo e a meritocracia como elemento de distinção entre os indivíduos e legitimação das desigualdades sociais e espaciais, tem sua versão teológica na Teologia da Prosperidade. Não é por acaso que o pentecostalismo cresce mais que as igrejas protestantes históricas.

4. Em face do urbano precário e excludente, da negação do espaço público e da hiperprecarização do trabalho — quando ele existe —, as igrejas evangélicas entram em cena; aparecem como suporte material, seja por meio de assistência social (caridade), seja pela incorporação de seus membros em seus próprios circuitos econômicos, como os(as) trabalhadores(as) vinculados(as) ao próprio funcionamento dos lugares de culto ou nos canais de TV, rádios, jornais, escolas etc. Tal abordagem ainda é pouco analisada pela literatura.

Em síntese, as igrejas evangélicas hoje têm uma inserção orgânica no território brasileiro, especialmente no espaço urbano das cidades. Elas figuram como suporte espiritual por meio dos serviços religiosos, mas também mediante suporte emocional. A rede de sociabilidade e acolhimento desenvolvida por elas oferece um antídoto para a cidade feita para o consumo e que nega o acesso à cidadania pelos mais pobres. Mas são também propagadoras da racionalidade neoliberal pela Teologia da Prosperidade, indicando as enormes contradições, das quais elas são agentes ativos.

Bibliografia

ABÍLIO, L. "Uberização do trabalho: subsunção real da viração". *Passa Palavra* (blog), 19 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://passapalavra.info/2017/02/110685/>. Acessado em: 29/10/2023.

ARAÚJO, V. Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). *Centro de Estudos da Metrópole*. NT 20, 2023.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M.; BARROS, L. F. W. A transição religiosa brasileira e o processo de difusão das filiações evangélicas no Rio de Janeiro. *HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 12, n. 36, p. 1055-1085, 30 dez. 2014.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BERTH, J. *Se a cidade fosse nossa. Racismos, Falocentrismos e opressões nas cidades*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 2023.

BOURDIEU, P. "La précarité est aujourd'hui partout". *Intervention lors des Rencontres européennes contre la précarité*. Grenoble. 12-13 décembre 1997 (texte publié in: Contre-feux. Paris: Ed. Liber Raisons d'agir, 1997).

BROSSAT, I. Airbnb. *La ville Uberisée*. Paris: La ville brûle, 2018.

CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia: UFU, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins fontes, 1999 [1893].

FRESTON, P. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. Tese de Doutorado - Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GALVON, Filipe. *Encantado, Le Brésil désenchanté*. Paris: La Clairière Ouest et Public Sénat, 2018. Disponível em: <https://vimeo.com/290981215>. Acessado em: 21 maio 2019.

HARVEY, D. *Neoliberalismo: histórias e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KOWARICK, L. *Espoliação urbana*. 2a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LIMA, Delcio Monteiro de. *Os demônios descem do Norte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1987.

MACHADO, M. S. A Territorialidade Pentecostal: um estudo de caso em Niterói. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 56 1/4, n.n.1/4, p. 135-164, 1994.

MARIANO, R. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 5. Ed. São Paulo: Loyola, 2014.

MORAES, A. C. R. Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación en el espacio. In: YANES, L.; LIBERALI, A. M. (Org.). *Aportes para el estudio del espacio socio-económico III*. Buenos Aires: El Coloquio, 1991. p. 153-177.

PAUGAM, S. *Les formes élémentaires de la pauvreté*. Le Lien social. Paris: Presses universitaires de France, 2013.

_____. *Vivre ensemble dans un monde incertain*. Paris: L'Aube, 2015.

REIS, A. *Espaço Urbano e expansão evangélica: uma análise da presença da Igreja Assembleia de Deus na Cidade de Quissamã-RJ*. Trabalho de Conclusão de curso em Geografia. UFF, Campos dos Goytacazes, 2022. 68f.

RIBEIRO, A. C. T.; PIQUET, R. P. DA S. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: *Por uma sociologia do presente. Ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 263–277.

SANTOS, M. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. Espaço & Debates, n. ano VIII, n. 25, 1988.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A.; SANTOS, M. (Org.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

SANTOS, M. *O Espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2001 [1987]).

SANTOS, M. O *Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana*. São Paulo: Edusp, 2004 [1979].

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2009 [1993].

SILVA, S. C. Circuito espacial de produção de confecções: nexos entre o circuito superior e inferior. *Revista Geográfica de América Central*, vol. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 1-12 Universidad Nacional Heredia, Costa Rica, 2011.

SILVA, S. C. da. O circuito espacial de produção do petróleo e o círculo de cooperação: uma leitura da dimensão política da urbanização. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, v. 23, n. 2, p. 307-321, 2019.

SILVA, S. C. Neoliberalismo e território: a expansão das igrejas evangélicas no Brasil. In: Rodrigues, G. B., Ramos, T., Silva, S. C. (Org.). *Espaço Urbano, Pobreza e Neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2022. p. 44-58.

SILVA, S. C. Urbanização, neoliberalismo e digitalização em contexto periférico: algumas tendências no início do século XXI. *Informe GEPEC*, v. 27, n. 2, p. 204–224, 2023. DOI: 10.48075/igepec.v27i2.31184.

SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. *Caderno CRH*, v. 22, n. 55, p. 65–76, 2009.

SOUZA, Jessé de. *A elite do atraso. Da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

SPOSATI, A. *Social Exclusion/Inclusion. Map of the city of São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1996.

STANDING, G. *O precariado. A nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

THEODORE, N.; PECK, J. y BRENNER, N. Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados. *Temas Sociales*, nº 66 marzo 2009.

TOZI, F. *Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais*. Belo Horizonte: Max Limonad, 2023. Disponível em <https://continenteufmg.com/>. Acessado em: 30/10/2023.

VILLAÇA, F. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute of Land Policy, 2001.

WALLERSTEIN, I. "Las tres hegemonías sucesivas en la historia de la economía-mundo capitalista". In *Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos. Un análisis de sistemas-mundo*. Madrid: Editorial Akal, 2012.

Urban Space, Neoliberalism, and Evangelical Churches: a Necessary Discussion

Changes in religiosity have been visible in Brazil's urban landscape recently because of the transition from Catholic to evangelical Christianity. Evangelical churches have been rapidly spreading to the urban peripheries, including the Pentecostal churches influenced by Prosperity Theology. They have communicating vessels with neoliberal rationality. It is a complex phenomenon involving cultural, political, economic, psychosocial, and spatial dimensions, yet it has been little studied in urban geography. Accordingly, this article analyzes the connections between the deepening of neoliberal principles and the growth of Pentecostal churches that have settled in cities with little affinity for territorial citizenship, in which urban space is increasingly privatized and urban sociability is being seized by churches. This has given these institutions a central role in the construction of economic circuits and the formation of social networks. They are the material and immaterial supports of urban life whose full citizenship has been denied to the majority. Even so, the emanating power of these religious organizations is still little considered in analyses of the urban environment in Brazil.

KEYWORDS: psychosphere, city, technical-scientific-informational environment.

Espacio urbano, neoliberalismo e iglesias evangélicas: un debate necesario

En los últimos años, los cambios en la religiosidad en Brasil han sido visibles en el paisaje urbano, marcado por la transición del cristianismo católico al cristianismo evangélico. Las iglesias evangélicas están expandiéndose a gran velocidad en las periferias urbanas, entre las que se encuentran las iglesias pentecostales influidas por la Teología de la Prosperidad. Ésas tienen vasos comunicantes con la racionalidad neoliberal. Aunque se trata de un fenómeno complejo en el que intervienen dimensiones culturales, políticas, económicas, psicosociales y espaciales, sigue siendo poco estudiado en geografía urbana. Para ello, este artículo trata de analizar y reflexionar sobre los vínculos entre la profundización de los principios neoliberales y el crecimiento de las iglesias pentecostales que han llegado a ciudades poco dispuestas a la ciudadanía territorial, cuyo espacio urbano está cada vez más privatizado y la sociabilidad urbana, cautivada por las iglesias. Ello ha hecho de estas instituciones un elemento central en la construcción de circuitos económicos y la formación de redes a nivel social. Constituyen los soportes materiales e inmateriales de la vida urbana, cuya plena ciudadanía ha sido negada a la mayoría. Ahora bien, pese al poder emanante de estas organizaciones religiosas, siguen siendo poco tenidas en cuenta en los análisis de la vida urbana en Brasil.

PALABRAS CLAVE: psicosfera, ciudad, medio técnico-científico-informacional.

Artigo recebido em junho de 2023. Aprovado em novembro de 2023.